

Sumário

Capítulo I

INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL PENAL 27

1. Noções gerais sobre o Direito Processual Penal 27
2. Fontes do Direito Processual Penal..... 28

Capítulo II

PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL 31

1. Considerações preliminares sobre os princípios..... 31
2. Princípios constitucionais do processo penal 31
 - 2.1. Princípios constitucionais explícitos do processo penal..... 31
 - 2.1.1. Princípio da presunção da inocência ou do estado de inocência ou da situação jurídica de inocência ou da não culpabilidade (art. 5º, LVII, CF) 31
 - 2.1.2. Princípio da igualdade processual ou da paridade das armas – par conditio (art. 5º, caput, CF) 32
 - 2.1.3. Princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, CF) 32
 - 2.1.4. Princípio da plenitude da defesa (art. 5º, XXXVIII, alínea “a”, CF) 33
 - 2.1.5. Princípio da prevalência do interesse do réu ou favor rei, favor libertatis, in dubio pro reo, favor inocente (art. 5º, LVII, CF)..... 33
 - 2.1.6. Princípio do contraditório ou da bilateralidade da audiência (art. 5º, LV, CF) 34
 - 2.1.7. Princípio do juiz natural (art. 5º, LIII, CF) 34
 - 2.1.8. Princípio da publicidade (art. 5º, LX e XXXIII, e art. 93, IX, CF) 34
 - 2.1.9. Princípio da vedação das provas ilícitas (art. 5º, LVI, CF) 35
 - 2.1.10. Princípios da economia processual, celeridade processual e duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, CF) 36
 - 2.1.11. Princípio constitucional geral do devido processo penal – devido processo legal ou due process of law (art. 5º, LIV, CF)..... 36
 - 2.2. Princípios constitucionais implícitos do processo penal..... 36
 - 2.2.1. Princípio de que ninguém está obrigado a produzir prova contra si mesmo ou da não autoincriminação (nemo tenetur se detegere) 36
 - 2.2.2. Princípio da iniciativa das partes ou da ação ou da demanda (ne procedat iudex ex officio) e princípio consequencial da correlação entre acusação e sentença 37

15

2.2.3.	Princípio do duplo grau de jurisdição	38
2.2.4.	Princípio do juiz imparcial	39
2.2.5.	Princípio do promotor natural e imparcial ou promotor legal	39
2.2.6.	Princípio da vedação da dupla punição e do duplo processo pelo mesmo fato (ne bis in idem)	39
3.	Princípios do processo penal propriamente ditos.....	40
3.1.	Princípio da busca da verdade real ou material.....	40
3.2.	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz	40
3.3.	Princípio da comunhão ou aquisição da prova	42
3.4.	Princípio do impulso oficial	42
3.5.	Princípio da lealdade processual	42

Capítulo III

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO 43

1.	Princípio da territorialidade (art. 1º CPP).....	43
2.	Exceções à regra da territorialidade	44
2.1.	Tratados, convenções e regras de direito internacional (art. 1º, I, CPP)	44
2.2.	Jurisdição política (art. 1º, II, CPP)	44
2.3.	Justiça Militar (art. 1º, III, CPP)	45
2.4.	Tribunal de Segurança Nacional (art. 1º, IV, CPP)	45
2.5.	Lei de Imprensa (art. 1º, V, CPP)	45
2.6.	Legislação especial (art. 1º, parágrafo único, CPP)	45

Capítulo IV

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO 47

1.	Regra geral (art. 2º CPP) – princípio do efeito imediato ou princípio da aplicação imediata	47
2.	Exceção (art. 3º LICPP)	48
3.	Normas processuais penais materiais ou mistas ou híbridas (art. 2º LICPP).....	48

Capítulo V

INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL 51

1.	Espécies de interpretação da Lei Processual Penal.....	51
1.1.	Quanto ao sujeito que a realiza ou à origem	51
1.2.	Quanto aos meios empregados ou ao modo	51
1.3.	Quanto aos resultados	52

Capítulo VI

INQUÉRITO POLICIAL 55

1.	Conceito.....	55
2.	Polícia judiciária (art. 4º, caput, CPP e art. 144, caput, § 1º, I e IV, e § 4º, CF)	55
3.	Outras investigações criminais (art. 4º, parágrafo único, CPP).....	56
4.	A investigação criminal presidida pelo Ministério Público	57
5.	Características do inquérito policial.....	57

6. Início do inquérito policial (art. 5º, I, II e § 3º, CPP)	62
7. Interferência da espécie de ação penal na instauração do inquérito policial (art. 5º, §§ 4º e 5º, CPP).....	63
8. Notitia criminis ou notícia do crime.....	63
9. Diligências investigatórias (arts. 6º e 13 CPP)	63
10. Reprodução simulada dos fatos ou reconstituição do crime (art. 7º CPP)	64
11. Prazo para conclusão do inquérito policial (art. 10, caput e § 3º, CPP).....	64
12. Relatório final (art. 10, §§ 1º e 2º, CPP).....	65
13. Destino do inquérito policial (arts. 11, 19 e 23 CPP).....	66
14. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade (art. 12 CPP)	66
15. Discricionariedade do inquérito policial (art. 14 CPP)	66
16. Curador (art. 15 CPP)	67
17. Novas diligências requeridas pelo ministério público (arts. 16 e 47 CPP).....	67
18. Arquivamento do inquérito policial (art. 17 CPP).....	68
19. Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação (art. 28 CPP).....	68
20. Desarquivamento do inquérito policial (art. 18 CPP e Súmula 524 STF).....	70
21. "Competência" em inquérito policial (art. 22 CPP).....	71

Capítulo VII

AÇÃO PENAL	73
1. Conceito.....	73
2. Espécies (art. 100 CP e art. 24, caput, CPP).....	73
3. Casos especiais	74
3.1. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público praticado no exercício de suas funções (Súmula 714 STF)	74
3.2. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (art. 225 CP)	74
3.3. Ação penal no crime de injúria qualificada ou injúria racial (art. 145, parágrafo único, CP)	75
3.4. Ação penal ex officio (art. 654, §2º, CPP)	75
4. Condições da ação penal (art. 395, II e III, CPP).....	76
5. Ação penal pública.....	79
5.1. Princípios regentes	79
5.1.1. Princípio da obrigatoriedade (ou legalidade processual) da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal	79
5.1.2. Princípio da oficialidade	80
5.1.3. Princípio da oficiosidade	80
5.1.4. Princípio da autoritariedade	81
5.1.5. Princípio da intranscendência ou da pessoalidade	81
5.2. Representação do ofendido	81
5.3. Requisição do Ministro da Justiça	85
6. Ação penal privada.....	85
6.1. Legitimação ativa	85
6.2. Princípios regentes	86
6.2.1. Princípio da oportunidade ou da conveniência.....	86
6.2.2. Princípio da disponibilidade	87

6.2.3.	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada (art. 48 CPP)	87
6.2.4.	Princípio da intranscendência ou da personalidade	88
6.3.	Decadência	88
6.4.	Renúncia	88
6.5.	Perdão	89
6.6.	Perempção (art. 60 CPP)	90
6.7.	Espécies de ação penal privada.....	91
6.7.1.	Ação penal exclusivamente privada ou propriamente dita	91
6.7.2.	Ação penal privada personalíssima	91
6.7.3.	Ação penal privada subsidiária da pública ou supletiva (art. 5º, LIX, CF, e art. 29 CPP)	92
7.	Denúncia ou queixa	94
7.1.	Formalidades essenciais para a elaboração da denúncia ou queixa-crime (arts. 41 e 44 CPP)	94
7.2.	Prazo para oferecimento da denúncia (art. 46, caput, CPP)	96
7.3.	Prazo para oferecimento da queixa-crime (art. 38 CPP)	96
8.	Intervenção do Ministério Público na ação penal privada.....	97

Capítulo VIII

AÇÃO CIVIL EX DELICTO..... 99

1.	Conceito.....	99
2.	Sentença penal condenatória como título executivo (art. 63 CPP)	99
3.	Ação para ressarcimento do dano (art. 64 CPP)	101
4.	Excludentes de ilicitude (art. 65 CPP)	102
5.	Causas que possibilitam a ação civil indenizatória (arts. 66 e 67 CPP).....	102
6.	Legitimidade para oferecimento da ação civil <i>ex delicto</i> no caso de interessado pobre (art. 68 CPP).....	102

Capítulo IX

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA..... 103

1.	Jurisdição	103
2.	Competência.....	103
3.	Competência territorial (<i>ratione loci</i>).....	105
3.1.	O lugar da infração penal como regra geral (art. 70 CPP)	105
3.2.	O domicílio ou residência do réu como foro supletivo (art. 72 CPP)	106
3.3.	Ação penal exclusivamente privada (art. 73 CPP)	106
4.	Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>) ou pela natureza da infração (art. 74 CPP)	106
4.1.	Competência do Tribunal do Júri	106
4.2.	Competência da Justiça Eleitoral	107
4.3.	Competência da Justiça Militar	107
4.4.	Competência da Justiça Federal	109
5.	A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva (art. 75 CPP)	114
6.	A competência por conexão e continência – alteração de competência (arts. 76 e 77 CPP).....	114

7. Foro prevalente (art. 78 CPP).....	115
8. Separação obrigatória de processos (art. 79 CPP).....	117
9. Separação facultativa de processos (art. 80 CPP).....	118
10. Perpetuação da jurisdição – perpetuatio jurisdictionis (art. 81 CPP)	118
11. Autoridade da jurisdição prevalente (art. 82 CPP)	119
12. A prevenção como critério residual de fixação da competência (art. 83 CPP).....	119
13. Competência em razão da prerrogativa de foro (ratione personae).....	120
13.1. Perpetuação da jurisdição em caso de foro privilegiado (art. 84, § 1º, CPP)	123
13.2. Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa (art. 84, § 2º, CPP)	123
13.3. Exceção da verdade nos crimes contra a honra (art. 85 CPP)	123
14. Regras de aplicação da lei processual penal no espaço (arts. 88 a 91 CPP).....	124

Capítulo X

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES 125

1. Questões prejudiciais (arts. 92 a 94 CPP).....	125
2. Exceções (arts. 95 a 111 CPP).....	127
2.1. Exceção de suspeição (arts. 96 a 107 CPP)	128
2.2. Exceção de incompetência (arts. 108 e 109 CPP)	129
2.3. Exceções de litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada (art. 110 CPP)	130
3. Incompatibilidades e impedimentos (art. 112 CPP)	130
4. Conflito de jurisdição (arts. 113 a 117 CPP)	130
5. Restituição das coisas apreendidas (arts. 118 a 124 CPP)	131
6. Medidas assecuratórias (arts. 125 a 144 CPP).....	132
6.1. Sequestro (arts. 125 a 133 CPP)	132
6.2. Hipoteca legal (arts. 134 e 135 CPP)	134
6.3. Arresto (arts. 136 a 144 CPP)	135
7. Incidente de falsidade (arts. 145 a 148 CPP).....	136
8. Insanidade mental do acusado (arts. 149 a 154 CPP).....	137

Capítulo XI

PROVA..... 139

1. Sistemas de avaliação da prova (art. 155 CPP).....	139
2. Ônus da prova e atividade probatória do juiz (art. 156 CPP).....	140
3. Meios de prova (art. 157 CPP)	141
4. Finalidade e objeto da prova	143
5. Classificação da prova	144
6. Provas em espécie.....	145
6.1. Prova pericial (arts. 158 a 184 CPP)	145
6.2. Interrogatório (arts. 185 a 196 CPP)	150
6.3. Confissão (arts. 197 a 200 CPP)	153
6.4. Perguntas ao ofendido (art. 201 CPP)	154
6.5. Testemunhas (arts. 202 a 225 CPP)	155
6.6. Do reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 CPP)	159
6.7. Acareação (arts. 229 e 230 CPP)	160

6.8.	Documentos (arts. 231 a 238 CPP)	160
6.9.	Indícios (art. 239 CPP)	161
6.10.	Busca e apreensão (arts. 240 a 250 CPP e art. 5º, XI, CF)	161

Capítulo XII

SUJEITOS NO PROCESSO PENAL..... 165

1.	JUIZ	165
1.1.	Breves noções	165
1.2.	Regularidade do processo e princípio do impulso oficial (art. 251 CPP)	165
1.3.	Causas de impedimento da atuação do juiz (arts. 252 e 253 CPP)	165
1.4.	Causas de suspeição da atuação do juiz (art. 254 CPP)	166
1.5.	Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição (art. 255 CPP)	166
1.6.	Criação proposital de animosidade por má-f� (art. 256 CPP)	167
2.	Ministério Público	167
2.1.	O Ministério Público como parte imparcial ou formal na rela�o processual (art. 257 CPP)	167
2.2.	Impedimento do membro do Ministério Público (art. 258 CPP)	168
3.	Acusado	168
3.1.	O acusado como parte na rela�o processual (art. 259 CPP)	168
3.2.	Condu�o coercitiva do réu (art. 260 CPP)	168
3.3.	Indisponibilidade do direito de defesa (art. 261 CPP)	169
4.	Curador (art. 262 CPP)	169
5.	Defensor	170
5.1.	A nomea�o do defensor (arts. 263 e 264 CPP)	170
5.2.	Afastamento e ausência da causa (art. 265 CPP)	171
5.3.	Constitui�o do defensor e impedimento (arts. 266 e 267 CPP)	171
6.	Assistente de acusa�o	172

Capítulo XIII

PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA..... 175

1.	No�es gerais sobre prisão e medidas cautelares	175
2.	O judiciário como fiscal da legalidade da prisão (art. 5º, LXV, CF e art. 310, I a III, CPP)	177
3.	Formalidades da prisão (arts. 283 a 300 CPP)	178
4.	Modalidades de prisão	182
4.1.	Prisão temporária (Lei n� 7.960/89)	182
4.2.	Prisão em flagrante (arts. 301 a 310 CPP)	184
4.2.1.	No�es gerais	184
4.2.2.	Flagrante facultativo e flagrante obrigatório (art. 301 CPP)	185
4.2.3.	Espécies de prisão em flagrante (art. 302 CPP)	185
4.2.3.1.	Flagrante próprio ou propriamente dito ou perfeito ou real ou verdadeiro (art. 302, I e II, CPP)	185
4.2.3.2.	Flagrante impróprio ou imperfeito ou irreal ou quase flagrante (art. 302, III, CPP)	185
4.2.3.3.	Flagrante presumido (art. 302, IV, CPP)	186
4.2.3.4.	Flagrante preparado ou provocado (Súmula 145 STF)	186
4.2.3.5.	Flagrante forjado	187

4.2.3.6.	Flagrante esperado	187
4.2.3.7.	Flagrante diferido ou retardado ou prorrogado ou postergado ou ação controlada (art. 53, II, da Lei nº 11.343/06, art. 4º-B da Lei nº 9.613/98 e arts. 8º e 9º da Lei nº 12.850/13)	188
4.2.3.8.	Flagrante nos crimes permanentes (art. 303 CPP)	188
4.2.4.	Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito (arts. 304 e 305 CPP)	188
4.2.5.	Controle jurisdicional da prisão em flagrante (arts. 306 a 308 CPP)	189
4.3.	Prisão preventiva.....	190
4.3.1.	Noções gerais	190
4.3.2.	Momento de decretação (art. 311 CPP)	190
4.3.3.	Requisitos para a decretação da prisão preventiva (art. 312 CPP)	190
4.3.4.	Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva (arts. 313 e 314 CPP)	192
4.3.5.	Fundamentação da prisão preventiva (art. 315 CPP)	192
4.3.6.	Caráter provisório da decisão acerca da prisão preventiva (art. 316 CPP).....	192
4.4.	Prisão domiciliar (arts. 317 e 318 CPP)	193
4.5.	Prisão decorrente de decisão de pronúncia (art. 413, § 3º, CPP)	194
4.6.	Prisão decorrente de sentença condenatória recurrível (art. 387, parágrafo 1º, CPP)	194
5.	Outras medidas cautelares (arts. 319 e 320 CPP)	195
6.	Liberdade provisória.....	196
6.1.	Noções gerais	196
6.2.	Liberdade provisória com fiança	197
6.2.1.	Hipóteses que vedam a fiança (arts. 323 e 324 CPP)	198
6.2.2.	Valor da fiança (arts. 325 e 326 CPP)	198
6.2.3.	Condições da fiança (arts. 327, 328 e 341 CPP)	199
6.2.4.	Fiança definitiva (art. 330 CPP)	200
6.2.5.	Consequências possíveis da fiança	200
6.3.	Liberdade provisória sem fiança	202

Capítulo XIV

CITAÇÕES E INTIMAÇÕES 207

1.	Conceito de citação.....	207
2.	Espécies de citação.....	207
2.1.	Citação por mandado ou pessoal (arts. 351 a 357 CPP)	207
2.2.	Citação do militar (art. 358 CPP)	209
2.3.	Citação do funcionário público (art. 359 CPP)	209
2.4.	Citação do réu preso (art. 360 CPP)	209
2.5.	Citação por edital (arts. 361 a 366 CPP)	209
2.6.	Citação por hora certa (art. 362 CPP)	210
3.	Suspensão do processo (art. 366 CPP).....	211
4.	A revelia no processo penal (art. 367 CPP).....	212

5. Conceito de intimação	213
6. Procedimento para as intimações (arts. 370 a 372 CPP)	213

Capítulo XV

SENTENÇA..... 215

1. Noções gerais	215
2. Conteúdo da sentença (art. 381 CPP).....	215
3. Emendatio libelli ou modificação da definição jurídica do fato (art. 383 CPP).....	216
4. Mutatio libelli (art. 384 CPP)	217
5. Independência do juiz na sentença (art. 385 CPP).....	220
6. Sentença absolutória (art. 386 CPP)	221
7. Sentença condenatória (art. 387 CPP).....	222
8. Forma da sentença (art. 388 CPP).....	224
9. Publicação e intimação da sentença (arts. 389 a 392 CPP).....	224

Capítulo XVI

PROCEDIMENTOS 227

1. Procedimento comum e procedimento especial (art. 394, caput, e §§ 1º e 2º, CPP)	227
2. Procedimento comum ordinário (arts. 395 a 405 cpc).....	228
3. Procedimento comum sumário (arts. 531 a 538 cpc).....	232
4. Procedimento comum sumaríssimo (Lei nº 9.099/95).....	234
4.1. Fase preliminar – audiência preliminar (arts. 72 a 76 da Lei nº 9.099/95)	236
4.2. Procedimento sumaríssimo propriamente dito – audiência de instrução e julgamento (arts. 77 a 83 da Lei nº 9.099/95)	238
4.3. Suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95)	241
5. Procedimento especial do tribunal do júri (arts. 406 a 497 CPP).....	242
5.1. Competência	242
5.2. Composição	243
5.3. Princípios constitucionais (art. 5º, XXXVIII, CF)	243
5.4. Procedimento bifásico	243
5.5. Pronúncia (art. 413 CPP).....	245
5.6. Impronúncia (art. 414 CPP)	247
5.7. Absolvição sumária (art. 415 CPP)	248
5.8. Desclassificação (art. 419 CPP)	249
5.9. Fase do julgamento	249
5.10. Desaforamento (arts. 427 e 428 CPP)	249
5.11. Jurados.....	250
5.12. O julgamento	251
5.13. Debates orais	253
5.14. Quesitos	255
6. Procedimento dos crimes falimentares (Lei nº 11.101/05).....	256
7. Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos (arts. 513 A 518 CPP).....	257
8. Procedimento dos crimes contra a honra (arts. 519 a 523 CPP)	259

9. Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I CPP).....	259
10. Procedimento dos crimes de tóxicos (Lei nº 11.343/06 – Lei de Tóxicos)	260

Capítulo XVII

NULIDADES..... 263

1. Noções gerais	263
2. Espécies de nulidades.....	263
3. Princípios regentes das nulidades	264
3.1. Não há nulidades sem prejuízo (art. 563 CPP)	264
3.2. Não há nulidade provocada pela parte (art. 565 CPP)	264
3.3. Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária (art. 565 CPP)	264
3.4. Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa (art. 566 CPP)	265
3.5. Princípio da causalidade (art. 573, § 1º, CPP)	265
4. Espécies de nulidade absoluta.....	266
4.1. Incompetência	266
4.2. Impedimento e suspeição	266
4.3. Suborno do juiz	266
4.4. Ilegitimidade de parte	266
4.5. Ausência de denúncia ou queixa e representação	266
4.6. Ausência do exame de corpo de delito	267
4.7. Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador	267
4.8. Falta de citação, ampla defesa e contraditório	267
4.9. Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia	267
4.10. Ausência do réu e realização da sessão	268
4.11. Quorum para a instalação da sessão do Júri.....	268
4.12. Sorteio do conselho de sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados	268
4.13. Inexistência dos quesitos e suas respostas	268
4.14. Ausência de acusação e defesa no julgamento do Tribunal do Júri	269
4.15. Ausência da sentença	269
4.16. Ausência de processamento ao recurso de ofício	269
4.17. Ausência de intimação para recurso	269
4.18. Falta do quorum legal para a decisão	269
4.19. Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas	269
5. Espécies de nulidade relativa.....	270
5.1. Infringência à regra de prevenção	270
5.2. Falta de intervenção do Ministério Público	270
5.3. Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa	270
5.4. Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia	270
5.5. Falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade	271
5.6. Ausência da forma legal dos atos processuais	271

6. Momento para a arguição das nulidades relativas (art. 571 CPP).....	271
7. Convalidação das nulidades relativas	272

Capítulo XVIII

RECURSOS..... 273

1. Teoria geral dos recursos.....	273
1.1. Noções gerais	273
1.2. Características.....	273
1.3. Efeitos	276
1.4. Recurso de ofício (art. 574 CPP)	278
1.5. Desvio da administração pública no processamento do recurso (art. 575 CPP)	278
1.6. Vedação de desistência do recurso pelo Ministério Público (art. 576 CPP)	278
1.7. Múltipla legitimidade recursal (art. 577 CPP)	278
1.8. Pressupostos de admissibilidade dos recursos	279
1.9. Princípio da fungibilidade dos recursos (art. 579 CPP).....	280
2. Apelação	281
2.1. Noções gerais	281
2.2. Interposição	281
2.3. Cabimento	282
2.4. Processamento	282
2.5. Julgamento	283
3. Recurso em sentido estrito	283
3.1. Noções gerais	283
3.2. Interposição	284
3.3. Hipóteses de cabimento (art. 581 CPP).....	284
3.4. Processamento	286
3.5. Julgamento	287
4. Embargos de declaração.....	287
4.1. Noções gerais	287
4.2. Interposição	287
4.3. Hipóteses de cabimento	288
4.4. Processamento	288
4.5. Julgamento	289
5. Embargos infringentes e de nulidade	289
5.1. Noções gerais	289
5.2. Interposição (art. 609, parágrafo único, CPP)	289
5.3. Hipóteses de cabimento	290
5.4. Processamento	291
5.5. Julgamento	291
6. Carta testemunhável	291
6.1. Noções gerais.....	291
6.2. Interposição (art. 640 CPP)	291
6.3. Hipóteses de cabimento (art. 639 CPP).....	292
6.4. Processamento (art. 643 CPP)	292
6.5. Julgamento	292

7. Recurso ordinário constitucional.....	293
8. Recurso especial e recurso extraordinário	294
9. Agravo em execução.....	296

Capítulo XIX

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO 299

1. Noções gerais	299
2. Revisão criminal.....	299
2.1. Noções gerais	299
2.2. Hipóteses de cabimento (arts. 621 e 622 CPP)	300
2.3. Legitimidade ad causam (art. 623 CPP)	301
2.4. Competência	301
2.5. Forma de propositura e rito (arts. 625 e 628 CPP).....	302
2.6. Sucessores (art. 631 CPP).....	302
2.7. Julgamento e indenização (arts. 626, 627, 629 e 630 CPP).....	302
3. Habeas corpus.....	304
3.1. Noções gerais	304
3.2. Hipóteses de cabimento (arts. 647 e 648 CPP)	305
3.3. Transgressão disciplinar (art. 647 CPP).....	305
3.4. Competência (art. 650 CPP)	306
3.5. Legitimidades ativa e passiva	306
3.6. Forma de propositura (art. 654, § 1º, CPP).....	307
3.7. Rito processual (arts. 655 a 664 CPP)	307
3.8. Julgamento	307
4. Mandado de segurança em matéria criminal.....	307
4.1. Noções gerais	307
4.2. Hipóteses de cabimento	308
4.3. Competência	309
4.4. Legitimidades ativa e passiva	309
4.5. Procedimento	310
4.6. Julgamento	311

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 313